

Autor, obra e meio: apresentando um etno-historiador

Jorge Eremites de Oliveira ¹

Ao ser chamado para apresentar o etno-historiador Antonio Jacó Brand aos leitores de ***História em Reflexão***, senti-me lisonjeado com o convite e, ao mesmo tempo, preocupado com a responsabilidade a mim confiada. Lembrei-me que o havia conhecido em 1992, época em que iniciava meus estudos como bolsista de aperfeiçoamento científico no Instituto Anchietano de Pesquisas, órgão ligado à UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na cidade sul-rio-grandense de São Leopoldo. Naquela época, o Anchietano era muito mais que um estabelecimento jesuíta voltado à pesquisa científica. Apresentava-se como uma vibrante escola de formação de jovens arqueólogos e etno-historiadores no Sul do Brasil, sob a direção do mestre Pedro Ignacio Schmitz, arqueólogo e sacerdote da Companhia de Jesus.

Padre Ignacio, como assim é chamado pelos seus alunos, foi quem idealizou e coordenou o maior projeto de pesquisas arqueológicas e etno-históricas desenvolvido em nosso estado, o Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul (1985-2001), do qual participei entre 1989 e 1996.

No início da década de 1990, o então recém-criado Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS possuía apenas o curso de mestrado e funcionava no prédio da antiga sede da universidade, no centro da cidade. Naquele tempo não havia como separá-lo do Anchietano e sua magnífica biblioteca. Por ali passaram professores e pesquisadores renomados como Bartomeu Melià, que ministrou memoráveis aulas de etnologia e etno-história guarani ao sabor de um mate que circulava em sentido horário a todos os alunos. Foi na própria UNISINOS que Brand concluiu, em 1977, o curso de graduação em história, onde certamente tomou maior conhecimento sobre a história dos índios no Brasil ².

Nos idos de 1992 ele estava a trabalhar para a conclusão de sua dissertação de mestrado em história, intitulada ***O confinamento e seu impacto sobre os Paĩ/Kaiowá*** ³,

¹ Professor e pesquisador da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, instituição em que faz parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, leciona disciplinas ligadas à área de antropologia no curso de graduação em Ciências Sociais e coordena o ETNOLAB – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (eremites@ufgd.edu.br).

² Alguns colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD também estudaram na UNISINOS: Antonio Dari Ramos, Cândida Graciela Chamorro Argüello, Protasio Paulo Langer e Losandro Antônio Tedeschi, sendo os três primeiros integrantes da linha de pesquisa História Indígena.

³ BRAND, A. ***O confinamento e seu impacto sobre os Paĩ/Kaiowá***. 1993. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.

defendida com brilhantismo no ano seguinte, em 1993, na PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde também estudei. Conforme o autor mesmo explica na interessante entrevista concedida à *História em Reflexão*, aquele foi um trabalho realizado com base em fontes textuais. Trata-se de um estudo pioneiro sobre a história recente dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, o antigo sul de Mato Grosso. Foi produzido quando a grande maioria dos historiadores sequer sabia como pesquisar temas dessa natureza, pois os índios não haviam sido incorporados, ainda que timidamente, ao seu campo de estudos. Para muitos desses profissionais, sobremaneira os mais conservadores em relação às mudanças de nuances registradas nas últimas três décadas, “índio” era objeto de estudo exclusivo dos antropólogos. Não raramente se pensava que esse era um tema de menor interesse e complexidade, visto que predominava a idéia de que os povos indígenas eram homogêneos, fossilizados no tempo e espaço e sem diferenciação social entre seus membros. Mais ainda, que não constituíram sociedades letradas (e, portanto, com história), Estado, economia de mercado e religião monoteísta, características estas que corroboravam ainda mais para sua marginalização na historiografia brasileira. Nada mais equivocado, evolucionista e eurocêntrico.

Em meados dos anos 1990, também não havia no Rio Grande do Sul muitos antropólogos interessados em temas referentes à história indígena, e em Mato Grosso do Sul sequer havia algum a lecionar e desenvolver estudos etnológicos na academia. Por este motivo, historiadores e arqueólogos acabaram por assumir a tarefa de estudar os povos indígenas a partir de uma gama variável de fontes (textuais, arqueológicas, orais, iconográficas etc.). Assim passaram a fazer através do estabelecimento de profícuas interfaces com a antropologia geral e, em especial, com a etnologia indígena.

Avalio, portanto, que não foi por acaso que conheci Brand na antiga sede da UNISINOS em 1992. Aquele foi um ano muito importante para a história indígena no Brasil. Isso porque estava a fazer cinco séculos da chegada dos primeiros conquistadores europeus ao Novo Mundo. Na ocasião, governos e segmentos da sociedade civil organizada de vários países americanos e europeus, setores da mídia nacional e internacional, e empresas ligadas à indústria cinematográfica, empenharam-se para as comemorações dos ditos *500 anos do descobrimento da América*. No ano de 2000, um conjunto de comemorações semelhantes ocorreu no Brasil e ficou conhecido como *Brasil 500 anos*.

Nas duas ocasiões, em contraposição às comemorações oficiais e não-oficiais, antropólogos, arqueólogos, historiadores e outros cientistas sociais promoveram várias discussões e publicaram importantes estudos sobre o assunto. O impacto dessas reflexões, inclusive as duras críticas feitas à historiografia tradicional, também afetou, em diferentes

níveis e por meio de um processo ainda em curso, a produção de livros didáticos de história no país. Não por menos temas como *pré-história brasileira* (leia-se história indígena pré-colonial) e história indígena passaram a ser gradualmente inseridos nessas publicações, ora por iniciativa de autores e editoras, ora por imposição da lei.

Foi em 1992 que também aconteceu a publicação do livro ***História dos Índios no Brasil***, organizado por Manuela Carneiro da Cunha ⁴. Esta obra constituiu-se em um marco historiográfico no que se refere aos estudos sobre a história dos povos indígenas. No campo da disciplina de história, por exemplo, verificam-se a divulgação de vários trabalhos produzidos a partir de então, ocasião em que muitos historiadores gradualmente passaram a dar mais atenção ao tema. Este é o caso da própria inauguração, em 1998, da linha de pesquisa História Indígena no Programa de Pós-Graduação em História do antigo Campus de Dourados da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atual UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Além disso, a partir de 2003 passaram a haver simpósios temáticos sobre história indígena nos Simpósios Nacionais de História, promovidos pela ANPUH – Associação Nacional de História, como se pode comprovar nos anais de 2003, 2005, 2007 e 2009.

Deve-se registrar, ademais, que dois anos antes daquelas comemorações, em 1990, foi publicada no país a versão brasileira de ***Ilhas de História***, escrito por Marshall Sahlins ⁵. Atualmente esse livro é um clássico do estruturalismo, embora ainda não tenha sido devidamente compreendido por muitos historiadores.

Outros estudos publicados após 1992 também contribuíram para um maior conhecimento da história dos povos indígenas no Brasil. Exemplo disso são os livros ***Índios no Brasil***, organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni (1994) ⁶, ***A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus***, coordenado por Aracy Lopes da Silva & Luís Donisete Benzi Grupioni (1995) ⁷, ***Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo***, de John Manuel Monteiro (1995) ⁸, e ***Ensaios em antropologia histórica***, de João Pacheco de Oliveira (1999) ⁹.

A avaliação ora apresentada não tem – e tampouco poderia ter – a pretensão de omitir a contribuição de trabalhos publicados antes das discussões feitas por ocasião dos

⁴ CUNHA, M. C. da (org.). ***História dos índios no Brasil***. São Paulo : FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

⁵ SAHLINS, M. ***Ilhas de História***. Trad. de B. Sette. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990.

⁶ GRUPIONI, L. D. B. (org.). ***Índios no Brasil***. Brasília : MEC, 1994.

⁷ SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B. (org.). ***A temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus***. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995.

⁸ MONTEIRO, J. M. ***Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo***. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

⁹ PACHECO DE OLIVEIRA, J. ***Ensaios em antropologia histórica***. Prefácio de Roberto C. de Oliveira. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1999.

cinco séculos do chamado *descobrimento da América*. Pretende-se tão somente apontar o ano de 1992 como um marco historiográfico importante para os estudos a respeito da história indígena, e situar a dissertação de mestrado de Brand neste contexto maior. Sabe-se, apenas para exemplificar novamente, que em anos anteriores alguns trabalhos foram publicados sobre o assunto, porém nenhum deles foi divulgado em um momento tão oportuno e causou tanta influência entre historiadores quanto a ***História dos índios no Brasil***. Exemplo de um estudo mais antigo é ***A função social da guerra na sociedade Tupinambá***, de Florestan Fernandes, publicado pela primeira vez em 1952 e mais recente em 2006¹⁰. Esse estudo, de orientação funcionalista, é um clássico da antropologia brasileira e foi produzido por meio de uma pesquisa em fontes textuais do período colonial, e igualmente precisa ser revisitado pelos etno-historiadores. Outra obra importante é a própria coleção ***Suma etnológica brasileira***, editada por Darcy Ribeiro com o propósito de trazer ao público brasileiro uma versão atualizada do ***Handbook of South American Indians***, de Julian H. Steward, cuja primeira edição é de 1949 e a edição fac-similar de 1963¹¹. Dessa coleção foram publicados apenas os três primeiros volumes, sob a coordenação de Berta G. Ribeiro (1987)¹²: (1) Etnobiologia; (2) Tecnologia indígena; e (3) Arte índia. Não foram publicados os outros quatro volumes previstos para a coleção: (4) *Etnologia comparada*, a ser organizado por Charley Wagley; (5) *Etno-história*, a cargo de Carlos Araújo Moreira Neto; (6) *Línguas indígenas*, sob a responsabilidade de Aryon Dall'Igna Rodrigues; e (7) *Arqueologia brasileira*, a ser coordenado por Betty J. Meggers. Caso fosse publicado o volume 5, sobre etno-história, quiçá os povos indígenas estariam sendo incorporados há mais tempo ao campo de estudo dos historiadores no Brasil. Outras publicações podem ainda ser incluídas nesta lista, a exemplo de ***Os índios e a civilização***, de Darcy Ribeiro¹³, e ***O índio na história do Brasil*** e ***O índio na cultura brasileira***, de Berta G. Ribeiro¹⁴.

Com efeito, o fato é que de 1992 em diante o termo história indígena passou a ser cada vez mais recorrente no meio acadêmico, em geral usado para se referir ao estudo a respeito da trajetória histórica e sociocultural dos povos ameríndios, os nativos ou originários das Américas. Nesta concepção mais abrangente, a história indígena tem tido quase que o mesmo sentido *lato* que o termo etno-história, palavra de origem inglesa (*ethnohistory*)

¹⁰ FERNANDES, F. ***A função social da guerra na sociedade Tupinambá***. Prefácio de Roque de Barros Laraia. 3ª ed. São Paulo : Globo, 2006.

¹¹ STEWARD, J. H. (ed.). ***Handbook of South American Indians***. 2ª ed. New York : Cooper Square Publishers, v.1, 1963.

¹² RIBEIRO, B. G. (coord.). ***Suma Etnológica Brasileira***. 2ª ed. Petrópolis : Vozes/Finep, 3 v, 1987.

¹³ RIBEIRO, D. ***Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno***. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

¹⁴ RIBEIRO, B. ***O índio na história do Brasil***. São Paulo: Global, 1983. RIBEIRO, B. ***O índio na cultura brasileira***. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

recentemente dicionarizada no Brasil, porém muito popular em outros países latino-americanos, como México, Guatemala e Argentina, e também nos Estados Unidos¹⁵.

Feita esta pequena digressão de caráter mais historiográfico, cumpre dizer que em 1998, como continuidade das pesquisas iniciadas por ocasião da obtenção do título de mestre, Brand defendeu na PUCRS seu estudo mais conhecido dentro e fora da academia: a tese de doutorado em história intitulada ***O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra***¹⁶. Este é um trabalho de fôlego cuidadosamente confeccionado sobre um tema que hoje em dia é muito recorrente entre etnólogos e etno-historiadores que atuam em Mato Grosso do Sul: o processo histórico e sociocultural ocasionado pelo *confinamento* dos Guarani e Kaiowá. Este evento se deu após o término da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), sobretudo a partir da década de 1910, quando territórios indígenas foram titulados a favor de terceiros. A partir daí, muitas comunidades Guarani e Kaiowá passaram a ser acomodadas pelo Estado em oito áreas a elas reservadas pelo antigo SPI – Serviço de Proteção aos Índios. Entretanto, muitas comunidades conseguiram ficar em parte de seus territórios tradicionais, por vezes estabelecidas no fundo de fazendas, onde permaneceram até pouco tempo atrás, quando o agronegócio cresceu enormemente no Centro-Oeste.

Embora não seja a ocasião para grandes discussões sobre o assunto, o paradigma do *confinamento* foi largamente divulgado por Brand entre pesquisadores da academia, militantes do movimento indigenista, professores indígenas etc. Esse termo lembra – mas não possui a mesma complexidade antropológica – os paradigmas de *territorialização* e *processo de territorialização* elaborados por João Pacheco de Oliveira no célebre artigo ***Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais***¹⁷:

... a noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55).

E mais,

¹⁵ Ver TRIGGER, B. G. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, Chicago, n. 29, p. 1-29, 1982.

¹⁶ BRAND, A. ***O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra***. 1997. 382 f. + apêndice fotográfico. Mapa. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.

¹⁷ PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, São Paulo, n. 4, v. 1, p. 47-77, 1998.

O que estou chamando de *processo de territorialização* é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionariam como meio ambiente e com o universo religioso) (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Por isso falar sobre essas duas monografias produzidas por Antonio Jacó Brand, dentre outros tantos estudos que ele concluiu posteriormente, é falar acerca da própria historiografia, da etnologia indígena e da história do indigenismo em Mato Grosso do Sul. Ocorre que o autor advém de uma longa e exitosa experiência no campo do indigenismo, e tem pautado sua atuação como um legítimo intelectual orgânico e autêntico etno-historiador. Sua relação com o indigenismo teve início em fins da década de 1960, precisamente em 1968, em pleno Regime Militar (1964-1985), quando foi trabalhar com os Xokleng de Santa Catarina. Aquele foi um ano de efervescência política no país e em praticamente todo o mundo. Foi em 13 de dezembro de 1968 que entrou em vigor no Brasil o famigerado Ato Institucional nº. 5, mais conhecido como AI-5, que suprimiu as liberdades democráticas e transformou o regime militar implantado com o golpe de 1964 em uma verdadeiramente ditadura de direita.

Em 1988, quando respondia pela secretaria do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, Brand participou do movimento de reivindicação de direitos aos povos indígenas durante a elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em outubro daquele ano. Com a *Carta Cidadã*, o Estado Nacional sepultou o paradigma assimilacionista que até então norteou a legislação indigenista brasileira, cuja marca ainda se faz presente no *Estatuto do Índio*, a Lei nº. 6.001, de 1973.

Sem dúvida alguma, uma característica relevante de seu trabalho de doutoramento é a originalidade com que apresenta as vozes dos nativos na composição de uma história guarani e kaiowá. Brand assim o fez com elegância e de modo a revisar a própria história regional, inclusive a origem da propriedade privada da terra e, por conseguinte, o desrespeito aos direitos elementares dos povos indígenas na região. Por este motivo é uma leitura obrigatória para se compreender a atual situação territorial dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Não por menos seus estudos são um divisor de águas na história da história indígena no estado. Com eles foi inaugurada uma vigorosa tendência de estudar a história mais recente dos povos indígenas em regiões onde sua presença é marcante, como é o caso em tela. Diferentemente do verificado em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde etno-historiadores têm produzido estudos refinados sobre o período colonial e

o imperial, não raramente a perceber a história indígena unicamente a partir das ações do Estado, em Mato Grosso do Sul a situação é inversa. Aqui tem sido produzida uma história indígena ou etno-história a partir de profícuas interfaces com áreas afins, sobretudo com a antropologia, porém com recortes cronológicos mais recentes, basicamente o período republicano, e por vezes a perceber a história *emic* de seus maiores protagonistas, os próprios índios.

Faz-se necessário, portanto, pontuar que ***O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra***, embora seja uma obra de grande relevância para o conhecimento da história dos Guarani e Kaiowa, ainda não foi publicada sob forma de livro. No entanto, os opositores mais sectários à identificação e delimitação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, transformaram essa tese de doutorado – e conseqüentemente seu autor – em alvo de críticas pouco elegantes. O objeto de fetiche nessas críticas é um mapa em que o autor indica territórios indígenas ocupados até décadas atrás por comunidades indígenas, os quais tiveram de deixar por meio de processos de esbulho. Aqui se observa quanto a sustentação de um estudo desse nível pode custar caro àquele que ousar produzi-lo e defendê-lo com distinção e louvor.

Com a conclusão de seu doutoramento, Brand passou a fazer parte do corpo docente da UCBD – Universidade Católica Dom Bosco, onde trabalha atualmente. Na instituição tem atuação destacada em cursos de graduação e pós-graduação, bem como no *Projeto Kaiowá/Guarani*, na organização e periodicidade da ***Revista Tellus*** e na liderança dos pesquisadores participantes do NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, dentre outras ações. Com isso a UCDB se transformou em referência a estudos sobre os povos indígenas no estado, sobretudo acerca dos Guarani e Kaiowá, embora no passado alguns sacerdotes salesianos haviam inaugurado esta tendência na instituição.

Ademais, na era produtivista dominada pelo *Homo lattes*, o currículo do etno-historiador Antonio Jacó Brand, disponível na Plataforma Lattes do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atesta muito mais que uma mera preocupação com a manutenção do status de pesquisador. É um documento que retrata parte da história de vida acadêmica de quem tem destacada atuação no campo da história indígena e do indigenismo no Brasil.

Por tudo isso vale a pena ler com atenção a entrevista que ele concedeu à ***História em Reflexão***.

Boa leitura.

Entrevista

REHR: *Professor Antonio Jacó Brand, para que os leitores possam conhecer um pouco mais sobre sua trajetória de vida profissional, como historiador e indigenista, fale-nos, por favor, sobre o início de seus trabalhos junto aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, sobretudo sobre sua atuação no Conselho Indigenista Missionário (CIMI).*

Brand: Comecei muito cedo a ter contato com as populações indígenas. Em 1968, ainda estudante secundarista e em plena ditadura, fui convidado e aceitei fazer um levantamento na terra dos índios Xokleng, de Santa Catarina. Depois, já na Universidade, fui, durante quatro anos, coordenador da que foi certamente uma das primeiras ONGs indigenistas, no Brasil, a então denominada Operação Anchieta, OPAN (hoje Operação Amazônia Nativa, com sede em Cuiabá). Fui, ainda, durante três anos o coordenador do Setor de Formação do CIMI (de 1976 a 1978), período em que conheci e pude trabalhar em cursos com alguns importantes antropólogos, como Darci Ribeiro, entre outros. E, 1978, tendo concluído a graduação, vim, através da OPAN e do CIMI, a Dourados para iniciar um trabalho de apoio aos Kaiowá e Guarani, sendo o primeiro coordenador regional do CIMI, em Mato Grosso do Sul, até 1983, quando, em julho daquele ano fui eleito Secretário Executivo do CIMI, função que exerci até agosto de 1991 e que exigiu minha mudança para Brasília. Bem, os oito anos em que fui secretário executivo do CIMI foram de muito trabalho – início do governo civil, com Sarney como presidente e todos os equívocos de sua política indigenista, como o célebre Projeto Calha Norte. Foi, ainda, o período da Assembléia Nacional Constituinte – tempo em que o CIMI teve atuação destacada, sempre do lado dos povos indígenas – são dessa época algumas das mais significativas organizações indígenas, no Brasil. Pude conhecer de perto a situação dos povos indígenas nas diversas regiões do Brasil e da América Latina. Foi um tempo em que aprendi muito.

REHR: *Poderia comentar-nos como se deu sua inserção do indigenismo para a academia?*

Brand: Ao concluir minhas duas gestões como secretário do CIMI estava cansado e queria parar depois de tantos anos de agitação em Brasília e com vontade de aprofundar um tema que me intrigava muito desde o início de meu trabalho junto aos Guarani e Kaiowá e que dizia respeito a sua história recente: como tinha sido possível um confinamento tão radical, em uma região com tanta terra? Compreender melhor essa história recente de confinamento dos Guarani e Kaiowá parecia-me fundamental para entender os impasses

atuais. Donde vinha essa “convicção geral” de que terras indígenas eram, apenas, as oito reservas demarcadas pelo SPI, até 1928? E por que o argumento apresentado contra os índios sempre era o de que eles não eram desse local. Eles sempre vinham “de lá”, de um lugar que, normalmente, remetia para o outro lado da fronteira. Nessa decisão de fazer mestrado e doutorado, deixando de lado por um tempo a militância direta, foi fundamental a convicção de que a pesquisa proposta ajudaria aos Guarani em suas lutas. Consegui bolsa de mestrado e doutorado do CNPq e assim pude dedicar-me ao estudo. Com o doutorado já na reta final, fui convidado pelo Reitor da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, para iniciar um trabalho junto aos Guarani e Kaiowá, em nome da UCDB. Junto com a Dra. Katya Vietta começamos, a partir de 1998, a construir, na UCDB, o Programa Kaiowá/Guarani, inserido no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, NEPPI, de caráter interinstitucional e interdisciplinar, buscando sempre articular a pesquisa com ações de apoio aos Kaiowá e Guarani. Ou seja, queríamos superar o já clássico modelo seguido por muitos pesquisadores que, após realizarem suas pesquisas, retiravam-se, ficando as comunidades sem qualquer retorno concreto das pesquisas realizadas, além de algumas fotos, enviadas como lembrança. Eu vinha de uma larga inserção na luta indigenista e não seria aceitável restringir meu trabalho às salas da Universidade.

REHR: *Sabemos que você tem se dedicado aos estudos sobre a história dos povos indígenas Guarani e Kaiowa, grupos que juntos constituem a maior população indígena no estado. Com base em sua experiência profissional, como você define, em linhas gerais, a chamada História Indígena?*

Brand: Penso que minha dissertação de mestrado e a tese estão diretamente marcadas pela preocupação pessoal em compreender o processo que provocou o confinamento radical dos Guarani e Kaiowá nessa região, um confinamento não apenas territorial, mas também cultural (veja as perguntas acima que motivaram a pesquisa). A dissertação de mestrado está apoiada em pesquisa de caráter mais documental e a tese mais na visão dos próprios Guarani e Kaiowá, mediante o recurso a técnicas de história oral. Entendo que ainda temos muita dificuldade em chegar, propriamente, a uma história indígena, entendida aqui como a visão ou a forma como cada povo indígena entende, le e interpreta a sua história, os feitos da colonização e sua participação nos mesmos – visão essa que mudou, certamente, na medida em que, nesses longos 500 anos de presença europeia, foi acumulando novas experiências no enfrentamento ou na negociação com o entorno regional. Há, atualmente, um importante esforço por parte de muitos pesquisadores

em superar a idéia de que toda ação inteligente na história vinha sempre do lado de cá, dos colonizadores.

Voltando-nos aos mesmos e velhos documentos históricos, porém, com novas perguntas, orientadas por novos referenciais teóricos, vamos avançando no sentido de descobrir que cada povo indígena (como também os numerosos outros grupos sociais que ficaram à margem e não conseguiram ser ouvidos pela “história oficial”) posicionou-se e desenvolveu estratégias distintas de enfrentamento direto, ou de negociação com as diversas frentes de colonização, apoiado em elaborações e atualizações constantes e inéditas de suas leituras desse contato, e que entender essa participação indígena é fundamental para entendermos o próprio processo de colonização. Merece destaque nesse campo as produções de John Monteiro, Manuela Carneiro, Maria R. Celestino de Almeida, João Pacheco de Oliveira, entre outros.

REHR: *Como se sabe, ainda, os estudos e pesquisas sobre os povos indígenas em MS cresceram substancialmente nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito à história mais recente dos grupos étnicos. Qual é a sua visão sobre o aumento desses estudos? Em que medida a atenção dispensada pelos historiadores aos povos indígenas tem tido alguma repercussão positiva na vida deles ou na maneira como a sociedade nacional os percebe?*

Brand: Quando eu fiz minhas pesquisas para o mestrado e doutorado não encontrei praticamente nenhuma produção recente sobre os índios em Mato Grosso do Sul. A abordagem do tema nos livros de história regional segue, até hoje, em minha opinião, muito limitada e contribui para uma visão equivocada e preconceituosa da vida desses povos. Historicamente, os índios só foram percebidos pelos historiadores quando se opunham de forma violenta e direta à entrega de seus territórios, sendo, nesses casos classificados como violentos e bárbaros e como “bugres”. Nos últimos anos foram produzidas importantes dissertações e teses. Não vou citar nomes porque corro o risco de esquecer alguém. Esses estudos mais recentes representam uma contribuição importantíssima à luta dos povos indígenas hoje, em especial, na questão de fundo, que diz respeito à recuperação de terras de ocupação tradicional. Alias, nunca imaginei que a minha tese de doutorado pudesse provocar tantas reações raivosas nas pessoas que se opõem aos processos de demarcação das terras indígenas. Afinal, trata-se de um estudo acadêmico, apenas.

Creio, no entanto, que esses estudos teriam uma repercussão ainda mais positiva para os índios se pudessem sair mais dos ambientes restritos das Universidades e transitarem para os livros didáticos e para os meios de comunicação popular. E nisso avançamos pouco.

REHR: *A presente edição da revista eletrônica História em Reflexão traz o dossiê “Bacia Platina: história e representações”. A partir desse recorte e de sua trajetória enquanto historiador, você poderia expressar sua análise sobre a maneira como os povos indígenas, sobretudo os Guarani e Kaiowa, são retratados na historiografia regional.*

Brand: Creio que essa questão já está respondida em parte na resposta à pergunta anterior. Considerando a relevância da presença indígena para a compreensão de aspectos importantes da história regional – como, por exemplo, a definição dos limites fronteiriços, a sua relevância como mão-de-obra nas principais obras de infra-estrutura regional e na instalação de importantes empreendimentos econômicos, sua contribuição para a cultura regional, para apenas citar alguns – torna difícil compreender o pouco caso dado a essas populações na historiografia regional. A única explicação que encontro para isso é o compromisso primeiro dessa historiografia com os interesses das elites regionais para quem era e é fundamental que os povos indígenas sejam vistos como do passado e sem relevância. Se não, como explicar o radical esbulho territorial realizado em período recente e já ao arripio da legislação em vigor?

REHR: *Os últimos anos também têm sido marcados em MS por um protagonismo dos povos indígenas na reivindicação de seus direitos étnicos, destacadamente o direito a reaverem parte de seus territórios tradicionais. Este é o caso das reivindicações dos Guarani, Kaiowa e Terena. Como você analisa esse processo, seus avanços e perspectivas atuais, e em que medida a produção científica nas universidades, principalmente na área da história, têm contribuído à luta desses povos?*

Brand: Creio que essa questão já vem respondida, em parte. Inicialmente, é importante destacar que as iniciativas dos diversos povos indígenas em nosso Estado demonstram claramente o fracasso da perspectiva assimilacionista, que orientava as ações do SPI e da FUNAI até 1988. Mostram, também, a inadequação das análises que previam a superação da identidade étnica mediante a passagem para um índio genérico, fruto esperado da integração. Apesar da contundente reação de importantes setores da elite regional contra, especialmente, os processos de ampliação territorial, que são fundamentais para o futuro dos povos indígenas, do agravamento da violência entre e contra os povos indígenas e da falta de clareza de algumas lideranças indígenas sobre o melhor caminho a seguir, nesse momento, estou profundamente otimista e esperançoso. Acompanho de perto, há muitos anos, os programas de formação de professores indígenas e vejo um grupo significativo de professores índios apropriarem-se de importantes conteúdos trabalhados nesses cursos para contribuir, diretamente, nas lutas de suas comunidades. É, certamente, significativo que exatamente dois professores índios estejam desaparecidos,

em Paranhos (um já comprovadamente morto até esse momento). Tenho acompanhado, através do Rede de Saberes¹⁸, a luta de muitos acadêmicos índios e sua preocupação em retornar as suas comunidades. Não são todos. Alguns ainda não se deram conta bem da enorme contribuição que podem dar às suas comunidades como índios e profissionais bem preparados. Mas isso é um processo. E, finalmente, basta ver a teimosa e persistente luta pela terra. São anos de insistência, aparentemente sem resultados, tendo contra si o Governo, boa parte dos políticos e do judiciário, mas não desistem. E o que é importante, os povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul percebem hoje as Universidades como aliadas e, esperamos, cada vez mais aliadas. E isso se deve aos cada vez mais pesquisadores, comprometidos com essa temática, produzindo estudos academicamente consistentes e socialmente relevantes.

REHR: *Tendo em vista sua atuação junto ao Conselho Indigenista Missionário, como você analisa as ações de grupos ligados a instituições religiosas cristãs junto às populações indígenas em MS?*

Brand: Sabemos todos da importância das Igrejas em todo o processo de colonização. Tiveram, muitas vezes, um papel ambíguo e dificilmente podem ser vistas como um grupo unívoco em seus posicionamentos frente aos povos indígenas. O mesmo, diria, acontece hoje. Entendo que o CIMI, um órgão da Igreja Católica, teve um papel fundamental na reversão da política indigenista a partir da década de 1970 e, em especial, na formulação do novo arcabouço jurídico abrigado na Constituição de 1988. Foi e segue sendo uma voz importantíssima na denúncia dos atropelos dos direitos indigenistas. Outras Igrejas vêm, crescentemente, se posicionando da mesma forma. Outras Igrejas, embora assumindo muitas vezes posturas não aceitáveis frente à cultura indígena, foram fundamentais na história desses povos porque os socorreram em momentos cruciais de suas vidas. Basta citar aqui a Missão Kaiowá, de Dourados, que desempenhou um papel absolutamente relevante, eu diria fundamental, durante muitos anos, no atendimento à saúde dos Guarani e Kaiowá. Frente à total omissão dos Governos, é no hospital da Missão, em Dourados, que os índios encontravam abrigo certo. Eu, pessoalmente, entre os anos de 1978 e 83, “dei carona” a inúmeros índios, gravemente atacados pela tuberculose, deixando-os na porta do Hospital da Missão. Penso ser importante estabelecer uma distinção entre as assim denominadas Igrejas “históricas” e as Neo-Pentecostais. A atuação dessas últimas tem sido, talvez, menos comprometida com as demandas concretas dos

¹⁸ O projeto Rede de Saberes é uma iniciativa desenvolvida através de uma parceria entre a UCDB, a UFGD, a UFMS e UEMS e com apoio financeiro da Fundação Ford e voltada ao apoio aos acadêmicos indígenas em suas trajetórias no interior das Instituições de Ensino Superior.

povos indígenas, e mais centrada nas demandas de ordem religiosa, contribuindo, em muitos casos, para aprofundar as fragmentações e disputas internas às comunidades. Sua atuação deve ser situada no contexto do enfraquecimento da assim denominada “religião tradicional”, ou, se quisermos das lideranças religiosas tradicionais. Mas, a questão das Igrejas entre os Guarani e Kaiowa é uma questão complexa e estou convencido de que nós pesquisadores precisamos rever muitos de nossos “conceitos”. É um fenômeno que precisamos entender melhor e para isso precisamos deixar de lado nossos pré-conceitos. Aliás, penso que é necessário re-escrever, de certa forma, a história da Missão Kaiowá e de outras Igrejas junto aos povos indígenas em nossa região – a partir de novas perguntas e novos referenciais teóricos. Um trabalho para novos historiadores.

REHR: *Sua dissertação de mestrado, intitulada “O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi-Kaiowá”, de 1993, e sua tese de doutorado, denominada “O impacto da perda da terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra”, de 1998, estão entre as monografias que mais influenciam os estudos históricos sobre os Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Deve-se a seus estudos a popularização do conceito de “confinamento”, o qual foi apropriado por vários pesquisadores. Recentemente, em alguns estudos, tal conceito tem sido substituído por outros, como “processo de territorialização” e “áreas de acomodação”, apenas para citar dois exemplos. Essa substituição tem sido justificada a partir da hipótese de que o conceito de “confinamento” traz junto a si a falsa idéia de inércia ou isolamento dos Guarani e Kaiowa nas áreas a eles reservadas pelo Estado Nacional. Gostaríamos que você falasse-nos sobre a origem e aplicação do conceito de confinamento e as análises críticas de que tem sido alvo nos últimos anos.*

Brand: Bem, inicialmente, não tinha idéia de que, especialmente a tese, provocasse tal reação, como já dito acima. Em parte porque, creio, foi o primeiro estudo de maior fôlego sobre a história recente dos Guarani e Kaiowá. E foi um estudo realizado em intenso diálogo com os índios “mais velhos”, que eu conhecia muito bem por causa do trabalho realizado entre os anos de 1978 a 1983. Todas as informações relativas às aldeias e suas histórias de atropelo foram levantadas através de inúmeras entrevistas e discussões coletivas, como está explicitado na metodologia e não cabe aqui retomar.

O conceito de confinamento pareceu-me o mais apropriado para caracterizar o processo que estava embutido e que foi implementado depois da demarcação das oito reservas de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani na região sul do Estado, como expressão dos interesses maiores da colonização. A preocupação principal foi explicitar esse processo, que foi abrangente e representou de certa forma um fato total, por parte da colonização contra o modo de vida dos Guarani e Kaiowá. Nada ficou de fora desse processo de busca de submissão dos Guarani e Kaiowá às demandas da economia regional. A preocupação minha foi superar uma visão fragmentada da ação do Estado frente

aos índios, buscando articular as diversas ações, embora conduzidas, em alguns casos, por agentes distintos ou aparentemente desvinculados: a nomeação dos assim chamados capitães, em lugar das lideranças tradicionais, a implantação das escolas, a ação das Igrejas, o engajamento compulsório dos índios como trabalhadores (o papel do SPI como agenciador da mão-de-obra indígena – ver texto recentemente publicado pela Revista Fronteiras da UFGD), entre outros. O cercamento aos Guarani abrangeu o território e seu modo de vida, sua organização social, sua economia e sua religião.

Bem, não posso concordar com as críticas de que o conceito de confinamento deixaria transparecer uma certa inércia dos índios. Tudo depende do olhar com que cada um lê o texto. Creio que a pesquisa traz em inúmeras passagens importantes informações sobre as ações dos Guarani contra o processo de confinamento. Mas, o foco e a preocupação principal ao trabalhar esse conceito foi caracterizar a ação do Estado, enquanto articulador do processo de colonização como um todo. Seguindo na lógica desse conceito, entendo que a luta maior dos Kaiowá e Guarani foi, historicamente, e é, atualmente, voltada à quebra desse confinamento como um todo, no qual a ampliação territorial representa um passo ou um aspecto, que embora fundamental não é suficiente. O horizonte maior da luta indígena remete para temas como a construção de relações mais simétricas com o entorno regional e para a reconquista de uma maior autonomia na condução de suas vidas.

Entendo, no entanto, importante avançar na busca da compreensão desses processos e para isso novos conceitos podem ser importantes e até necessários. Por isso, como pesquisador, considero como próprio da dinâmica da pesquisa a construção de novos e mais apropriados conceitos. Se fosse escrever a minha tese hoje, a redação de algumas passagens seria, certamente, mais complexa.

REHR: *Para encerrar, você poderia falar-nos um pouco sobre os temas a que está se dedicando atualmente em suas pesquisas? Em especial sobre a documentação do SPI e de outros órgãos oficiais que tem sido organizada na UCDB?*

Brand: Temos hoje no NEPPI/UCDB um importante acervo documental sobre a história das populações indígenas em nosso Estado. (fotogramas do SPI; Capitania de MT e outros; entrevistas, fotografias, dissertações, teses, filmes, maiores informações acessar www.neppi.org/cedoc). A nossa preocupação primeira com esse acervo é facilitar aos pesquisadores indígenas o acesso à documentação relativa a sua história. Trabalhando com os professores Guarani e Kaiowá pude perceber a importância do estudo da sua história, que eles conhecem muito pouco porque nas escolas e Igrejas que freqüentavam tudo que

era relativo a seu passado não interessava porque era passado e considerado imprestável. Percebi como relevante que eles pudessem manejar os documentos relativos à história regional, relacioná-los criticamente com os relatos dos mais velhos e, a partir daí, construírem suas análises e conclusões.

Minha produção acadêmica, embora siga fortemente centrada na temática da história recente dos Guarani e Kaiowá, incorpora, atualmente, outros temas decorrentes de minha inserção como professor e orientador nos Programas de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Local, da UCDB. Em decorrência dessa inserção tenho produzido textos sobre educação escolar indígena e, também, sobre questões relativas à sustentabilidade.

Elaboração do questionário: Carlos Barros Gonçalves e Fabiano Coelho

Apresentação e Revisão: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira